

Substitutivo acaba com 'royalties' do petróleo

BRASILIA — O cuidado do PMDB em encontrar um texto ideal, que acabasse com os contratos de risco para exploração de petróleo, levou o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), inadvertidamente, a acatar uma fórmula que ao mesmo tempo proíbe o pagamento de royalties aos Estados e Municípios.

O parágrafo único do artigo 199 afirma: "O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural".

A identificação da inconstitucionalidade do pagamento de royalties, de acordo com a proposta do Relator Bernardo Cabral, foi feita pelo Deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), cuja base eleitoral é a região de Campos, no Norte Fluminense, a mais beneficiada com o pagamento de direitos sobre a exploração de petróleo. Só este ano o Estado do Rio de Janeiro espera arrecadar CZ\$ 1 bilhão em royalties.

Imediatamente, Ronaldo procurou o Relator, que confirmou a interpretação mas explicou não ter sido intencional.

— ... com este texto acaba o royalty.

Cabral recomendou ao Deputado que procurasse o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que havia redigido o texto com o objetivo de extinguir os contratos de risco. O Senador já não se encontrava mais em seu gabinete.

Ronaldo, então, procurou o Líder em exercício do PMDB na Constituinte, Deputado Euclides Scalco (PR), que confirmou a informação, mas tentou ajudá-lo a encontrar um caminho:

PMDB tem maioria, mas chega dividido à Comissão

BRASILIA — Desde o início dos trabalhos da Constituinte, as atenções estão voltadas para a Comissão de Sistematização. Mais que o Relator, seus 93 integrantes darão os retoques finais no anteprojeto que irá ao plenário para a votação dos 559 parlamentares. Na Comissão, todos os partidos estão representados proporcionalmente e jogaram ali seus pesos-pesados.

O PMDB tem a maioria, com 49 cadeiras, vindo em segundo lugar o PFL com 24. O PDS tem seis representantes, o PDT e PTB três cada, o PT dois e, finalmente, o PL, o PDC, o PCdoB, o PSB e o PMB, um representante. Desfalco do Líder Mário Covas (SP), o PMDB apresenta-se com todas as correntes. O Governo conta sobretudo com o Líder Carlos Sant'Anna (BA). O Movimento de Unidade Progressista (MUP) tem Fernando Lyra (PE), Néilton Friedrich (PR) e Cristina Tavares (PE). A esquerda não-alinhada se expressa

Acordo das Lideranças ainda não garante a votação do substitutivo

BRASILIA — A viabilidade da votação do substitutivo ainda não está definida, apesar das regras regimentais e do acordo feito ontem entre as Lideranças e o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Apesar de não haver, até agora, nenhuma postura pública pela obstrução, em todos segmentos partidários a perplexidade ainda é o sentimento generalizado frente à abundância de detalhes.

— Vamos aguardar os desdobramentos. Até agora, o previsto é o Regimento e o roteiro aprovado pelas Lideranças — disse o Secretário Geral da Mesa, Paulo Afonso Martins.

Ontem de manhã, Ulysses reuniu os três líderes do PMDB — Fernando Henrique Cardoso (no Senado),

— Fale com o Severo. Ninguém mexe nesse texto sem falar com ele — recomendou.

Simultaneamente, Ronaldo César Coelho advertiu o Governador Moreira Franco, a bancada do Rio e, por intermédio do Deputado Jutahy Júnior (PMDB), a bancada da Bahia.

— Vou avisar logo ao meu Governador — anunciou Jutahy.

As bancadas do Rio e da Bahia estão sendo mobilizadas para derrubar a proibição ainda no plenário da Comissão de Sistematização.

O Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que auxiliou o Relator na elaboração da parte tributária do substitutivo, expressou uma interpretação diferente: o primeiro parágrafo do artigo 19 do anteprojeto garante o pagamento de royalties quando diz: "é assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais em seus territórios, bem como da plataforma continental e do mar territorial respectivos".

Ronaldo César Coelho observou, no entanto, que este artigo permite a aprovação de lei ordinária dispondo sobre o pagamento de royalties, mas o parágrafo único do artigo 199 torna esse pagamento inconstitucional. Enfim, em sua opinião, o texto do Relator Bernardo Cabral é contraditório.

A Lei dos royalties foi aprovada a partir de proposta do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). O projeto de lei de sua autoria tramitou no Congresso Nacional durante vários anos e foi aprovado somente em 1984, anexado a uma mensagem, com o mesmo objetivo, do então Presidente João Figueiredo. A Lei só foi regulamentada, no entanto, em 1986. Este ano foram liberadas as primeiras parcelas do pagamento

pelo Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

A estrela maior do PFL é o Presidente da Comissão, Afonso Arinos (RJ). Também influentes são Carlos Chiarelli (RS), Francisco Dornelles (RJ) e Sandra Cavalcanti (RJ). O PDS é pequeno mas pesa. Três de seus seis integrantes circulam com muita desenvoltura: Jarbas Passarinho (PA), Virgílio Távora (CE) e Konder Reis (SC). O mesmo pode-se dizer dos líderes do PDT, Brandão Monteiro (RJ) e do PTB, Gastone Righi (SP).

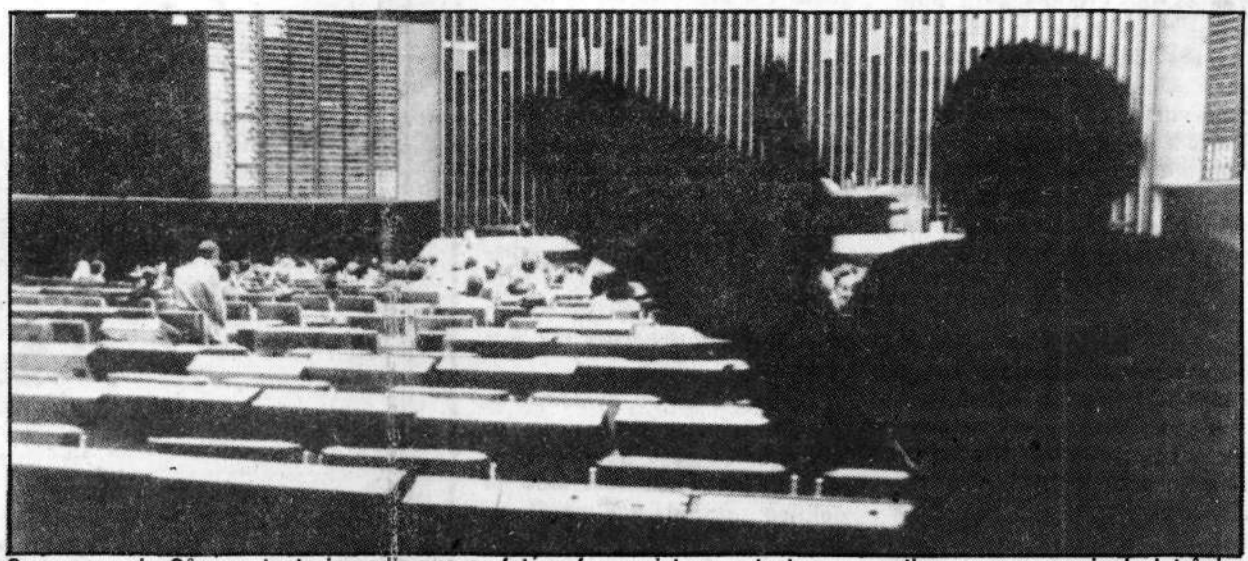
Pelo PT, quem atua mais na articulação das esquerdas e nas alternativas de obstrução é o suplente José Genoino (SP). Consta que o Líder do PL, Adolfo de Oliveira (RJ) ajudou Cabral a escrever o segundo substitutivo. Os líderes do PSB, Jamil Haddad (RJ); do PCB, Roberto Freire (PE); e do PCdoB, Haroldo Lima (BA) contam principalmente por serem parlamentaristas.

Luiz Henrique (na Câmara) e Euclides Scalco (em exercício na Constituinte) — e sobre este assunto não houve avanços. A esquerda do PMDB só decidiu que não fará obstrução.

— De resto, não sabemos como vamos atuar. Está todo mundo perdido, principalmente os novos — disse o Deputado Wilson de Souza.

Para o Vice-Líder Robson Marinho, nem mesmo um acordo em torno do sistema de Governo ajudaria a viabilizar a votação.

— É pouco provável que aconteça um acordo sobre o sistema. Se houver, mesmo assim é difícil. Somente com um grande acordo de lideranças — afirmou.



Segurança da Câmara tenta impedir que os fotógrafos registrem o teste — negativo — com o painel eletrônico

Voto eletrônico na Câmara não vai funcionar logo e teste cria tumulto

BRASILIA — O sistema eletrônico de votação da Câmara dos Deputados não será utilizado pelo menos no início das votações do projeto constituinte na Comissão de Sistematização. Segredo guardado a sete chaves, o primeiro teste simultâneo do novo painel, realizado ontem, foi registrado por três repórteres fotográficos e o episódio provocou tumulto, com ameaças e danos aos equipamentos dos profissionais.

Pr volta das 9h30min, 120 funcionários da Câmara dos Deputados ocupavam parte do plenário para acionar os botões de votação. Os três fotógrafos que documentavam o teste

— Sérgio Marques, do GLOBO, Luciano Andrade, do "Jornal do Brasil", e Josemar Gonçalves, do "Jornal de Brasília" —, foram impedidos de trabalhar pela segurança da Câmara, sob alegação de que havia ordens superiores para isso. Empurrados para fora do plenário, foram ameaçados de perder filmes e tiveram os equipamentos danificados.

— Estão todos muito nervosos — disse o Diretor da Câmara dos Deputados, Ademar Sabino, referindo-se aos técnicos responsáveis pela implantação do sistema — da firma AEG/Telefunken e da própria Câmara

ra.

Programado para estar instalado até o final de julho passado, a reformulação total do painel de votação, que custou mais de CZ\$ 60 milhões, sofreu atrasos sucessivos e dificilmente terá condições de utilização dentro dos próximos sete dias.

— Nós só poderemos dar o trabalho como concluído depois de constatamos que ele está em plenas condições de funcionamento — explicou o Diretor, responsável pelo contrato com a empresa. Ele informou que o não cumprimento dos prazos previstos impõem pesadas multas contratuais à empresa instaladora.

Sant'Anna admite usar emenda do PDT

BRASILIA — Com a apresentação de mais de cem destaques presidencialistas, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, usará todas as alternativas existentes para aprovar a tese no plenário da Sistematização. Admitiu recorrer até à emenda presidencialista do PDT e do PT, que figura em primeiro lugar na ordem dos destaques a serem votados e prevê mandato de quatro anos para o Presidente, com direito a reeleição.

Sant'Anna, que chamou ontem para uma conversa um dos autores da emenda, vivaio Barbosa, apresentou destaques supressivos para artigos que não o agradam na emenda — como o mandato de quatro anos —, prevendo a possibilidade de aprová-la e modificá-la em seguida.

— O básico é aprovar a tese presidencialista. A emenda escolhida é a que, na ocasião, tiver a preferência — disse Sant'Anna, que está adotando o mesmo procedimento em relação às demais emendas presidencialistas em pontos que deseja destacar. O Líder disse que deverá pedir preferência, na hora da votação, para

uma das outras propostas, possivelmente a Theodoro Mendes, mas como a inversão na ordem de votação dos destaques tem que ser aprovada por maioria do plenário, joga também na possibilidade de votar a Emenda Vivaldo.

No arsenal de destaques elaborados ontem à tarde com a ajuda do Subchefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, e do próprio Vivaldo, há material suficiente para emendar qualquer proposta parlamentarista que possa ser aprovada, modificando, por exemplo, as atribuições do Presidente.

— É claro que vamos ganhar, mas não posso ficar engasgado diante da hipótese de perder — disse Sant'Anna.

Além do destaque alterando de quatro para cinco anos o mandato presidencial, a emenda do PDT e do PT recebeu outro, resguardando os ministros militares da moção de censura. O Governo não concorda ainda com o prazo de apenas 30 dias para nova eleição, no caso de vacância do cargo de Presidente. Neste caso, será

usado um destaque que é parte da Emenda Ricardo Fiúza, estipulando este prazo em 90 dias, prazo com o qual concorda Vivaldo Barbosa.

O Líder do Governo foi procurado ontem pelo Senador José Richa — que tenta um acordo em torno do parlamentarismo —, que disse-lhe estar trabalhando numa fórmula que unirá a todos e lhe será apresentada com muitas assinaturas. Sant'Anna respondeu que continua trabalhando pelo presidencialismo mas examinara esta proposta, pois "ninguém pode fechar os olhos para uma fórmula com poder de fogo".

Se não recorrer à emenda do PDT, o Governo tem as seguintes opções:

- Emenda Theodoro Mendes — tem como ponto forte o fortalecimento do Legislativo. Cria a Comissão Permanente Mista do Congresso, responsável pela coordenação e fiscalização da execução financeira, programática e orçamentária do Programa de Governo. Prevê a moção de censura a ministros, excluídos os militares e o Chefe da Casa Civil.
- Emenda Ricardo Fiúza — tam-

Destaques podem chegar a 7 mil na Sistematização

BRASILIA — Os 42 artigos da Ordem Social, o capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos e o texto das Disposições Transitórias são os pontos mais visados pelos 5.275 pedidos de destaque entregues até as 17 horas de ontem, quando expirou o prazo. As 158 pessoas que ainda estavam na fila, com a média de dez destaques cada uma, receberam senhas para que pudessem ser atendidas até a meia-noite.

Serão quase sete mil os pedidos de destaque. Este número pode diminuir com a retirada de propostas, em função de acordos que deverão ser feitos para facilitar a votação. O Deputado Benito Gama foi um dos que entregou seus destaques sabendo que hoje eles serão retirados. Há, porém, os que seguirão adiante, mesmo sabendo que suas propostas dificilmente serão apreciadas.

O Senador José Fogaça é um deles. Entregou dois pedidos de destaque, definindo que o Governo será constituído pelo Primeiro-Ministro e pelos integrantes do Conselho de Ministros, e o outro propondo o parlamentarismo seis meses após a promulgação da nova Carta.

Prevalecendo a ordem de entrega, terá prioridade o destaque do Deputado Vivaldo Barbosa, que defende o sistema presidencialista, com mandato de quatro anos. Fogaça argumenta que, mesmo sem "esperança" de ter seus destaques discutidos, quis apenas manter em evidência os avanços a que chegou o relatório da Comissão do Poder Executivo.

bém fortalece o Legislativo, mais pela volta das prerrogativas perdidas nas últimas décadas que pela criação de novos instrumentos de ação política. Prevê a moção de censura a ministros pela Câmara, com exceção dos militares.

● Emenda Humberto Lucena — estabelece mandato presidencial de cinco anos, sem reeleição. Não prevê o decreto-lei e apresenta como grande novidade a possibilidade de moção de censura coletiva a ministros, inclusive com dissolução do Congresso Nacional. A moção poderá ser individual (apenas um), plural (mais de um) e coletiva (a maioria), com dois terços dos membros da Câmara nos dois primeiros casos e maioria absoluta no terceiro.

● Emenda Francisco Amaral — é a mais sintética, com apenas três páginas, o que facilita a sua utilização como emenda-base, para estabelecer o consenso entre todos os grupos presidencialistas. O único destaque necessário seria quanto ao mandato, que é de cinco anos com reeleição.

Presidente nega ter feito acusação

BRASILIA — O Presidente Sarney telefonou ontem ao Relator Bernardo Cabral para dizer-lhe que não fez qualquer declaração sobre a inconstitucionalidade do Colégio Eleitoral, contrariando informação prestada por pefelistas. A informação foi dada aos jornais pelo próprio Cabral. Ele disse que estranhou ao ler a declaração atribuída a Sarney de que o Colégio Eleitoral era um gerador de golpes.

Cabral voltou a insistir em que não criou a figura do Colégio, tendo apenas conferido ao Congresso e às Assembleias Legislativas poder para definir o vencedor no segundo turno das eleições. Mas ressaltou que se houvesse recriado essa instituição isso não constituiria qualquer desdouro.

Emenda propõe 4 anos com direito à reeleição

BRASILIA — A emenda do PDT e PT prega mandato de quatro anos para o Presidente, com direito a uma reeleição, e é bastante sintética na parte do Poder Executivo, não prevendo o decreto-lei. Entre as atribuições do Congresso, cita a moção de censura a ministros de Estado, inclusive militares.

Esta emenda poderá servir como base para um texto de consenso entre todas as correntes presidencialistas, mas com destaques de todos os temas polêmicos — principalmente mandato e moção de censura. Se isto ocorrer, ficará totalmente descaracterizada num primeiro momento. Porém, se for aprovada, com o apoio do Planalto, poderá ganhar o apoio dos parlamentaristas na questão do mandato e da moção de censura aos ministros militares.

Ela passaria despercebida se o PDT e o PT não tivessem apresentado o primeiro destaque para votação no capítulo de Sistema de Governo. É da autoria dos Deputados Vivaldo Barbosa e Brandão Monteiro e só não será votada se Carlos Sant'Anna conseguir preferência para outra emenda presidencialista, o que parece inviável.

Com apenas sete páginas e raras referências às atribuições do Legislativo, a emenda coincide em 90% com as demais emendas presidencialistas. Interessado em derrubar o modelo parlamentarista, o Líder do PDT, Brandão Monteiro, admite votar em outra emenda, desde que a sua perda a preferência, mas ressalva que também fará destaques.

Brandão Monteiro aceita a regulamentação do decreto-lei nos termos

da emenda Theodoro Mendes, onde estão previstas as possibilidades de emendas e de imediata suspensão da sua vigência. Mas ele firma posição nos casos do mandato e da moção de censura. Em relação ao sistema eleitoral — distrital ou proporcional — aceita a sugestão de Carlos Sant'Anna: remeter esta questão para a legislação ordinária.

Na justificativa da emenda do PDT e PT, está claro que o presidencialismo foi a opção escolhida porque "há uma exigência a que todos se curvam: o povo deve eleger o Presidente". Brandão aposta em sua emenda por dois motivos: se for rejeitada, o presidencialismo sofrerá um abalo psicológico logo no início da votação. Caso contrário, haverá, segundo ele, muita polêmica sobre os defeitos das demais emendas presidencialistas.

Grupo 'moderado' procura ter preferência na votação

BRASILIA — Convencidos da condição de maioria na Comissão de Sistematização, os constituintes que integram o bloco "moderado" vão buscar hoje as 47 assinaturas necessárias à apresentação dos pedidos de preferência para votação das emendas, basicamente, nos capítulos dos Direitos Sociais, Princípios Gerais da Ordem Econômica, Ciência e Tecnologia e Reforma Agrária. Os acordos que estão sendo fechados pelos "moderados" não incluem o Sistema Eleitoral, de Governo e o mandato do atual e dos futuros governos.

Segundo o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), o grupo não apresentará nenhuma emenda conjunta. A ação em bloco se dará através do pedido de preferência para votação das propostas, em relação aos títulos e capítulos do substitutivo de Bernardo Cabral. Ele admitiu que se o grupo conseguir as 47 assinaturas para cada emenda, a tendência é repetir a estratégia de votação por "rol compressor" adotada na Comissão de Ordem Econômica.

Havia uma disposição inicial dos "moderados" em reeditar as propostas do "documento Hércules", elaborado pelo "grupo dos 32" e que continha alguns pontos de consenso negociados com o "grupo interpartidário", liderado pelo Líder do PMDB em exercício, Deputado Euclides Scalco. Mas a ideia não vingou.

Os "moderados" escolheram um grupo de constituintes que ficou encarregado da tarefa de selecionar as

emendas. O trabalho foi feito durante a noite de ontem, na residência do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Participaram os constituintes Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), Konder Reis (PDS-RS), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Afif Domingues (PL-SP), Rosa Prata (PMDB-MG) e José Luís (PDS-PI).

Entre as principais modificações que o grupo quer introduzir no anteprojeto de Cabral está o conceito de empresa nacional, a questão da estabilidade no emprego, a fórmula sugerida pelo Relator para o uso da propriedade em terrenos urbanos e o ponto mais polêmico da Reforma Agrária, a imissão imediata da posse do imóvel desapropriado. Para os princípios gerais da Ordem Econômica, o grupo estava em dúvida quanto à adoção da emenda apresentada pelo Deputado José Lins (PFL-PE) — que reedita o conceito aprovado pela Comissão da Ordem Econômica — e aquele sugerido pelo Deputado Afif Domingues (PL-SP), que segue a mesma orientação de dar maior amplitude ao conceito, viabilizando a atuação do capital estrangeiro no País sem qualquer restrição.

Na questão da estabilidade do emprego, o grupo inclina-se pela emenda do Líder do PTB, Gastone Righi, que sugere a adoção de um sistema de aumentos de impostos prévio, de um salário por ano de serviço prestado, além do FGTS, que seria mantido.

Ibope: Sarney deve participar mais de decisões

Para a maioria dos eleitores, o Presidente José Sarney deve participar mais das decisões da Assembleia Nacional Constituinte, assim como mais ativamente dos trabalhos da Assembleia. A maioria é de opinião, também, que a Presidência da República e o Congresso devem ter a mesma importância na condução-solução dos problemas nacionais, segundo os que defendem a maior importância da Presidência em tal condução-solução (presidencialismo).

Essas são conclusões de recente pesquisa realizada pelo Ibope, em todo o País, quando 5 mil eleitores foram entrevistados (entre os dias 1 e 18 deste mês), em 246 cidades.

Houve três perguntas básicas. A primeira foi sobre a participação do Presidente José Sarney nos trabalhos da Constituinte: 68% dos entrevistados julgaram que o Presidente deve participar ativamente dos trabalhos da Assembleia Constituinte.

A segunda pergunta referiu-se ao papel da Presidência da República e do Congresso Nacional na condução-solução dos problemas nacionais. A maioria (50%) opinou que a Presidência e o Congresso devem ter a mesma importância, e 25% responderam que a Presidência deve ter um papel mais importante.

A terceira pergunta versou sobre a participação do Presidente José Sarney nas decisões da Constituinte. A maioria dos eleitores (56%) disse que ele deveria participar mais.

Cabral teme um quadro imprevisível para o País se não houver consenso

BRASILIA — A interrupção das negociações em torno do sistema de governo poderá levar o País a um quadro político imprevisível, qualquer que seja a corrente vitoriosa: parlamentaristas ou presidencialistas. A tese é do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que ontem fez um novo apelo para que sejam retomados os entendimentos.

Cabral disse que a vitória disputada não beneficiará presidencialistas ou parlamentaristas. Será, antes, "uma vitória de Pirro". Segundo ele, o Governo pode ter uma surpresa com o resultado favorável ao parlamentarismo da votação na Comissão de Sistematização.

O Relator reiterou estar coerente com a advertência que fizera quando as negociações apresentaram os primeiros sinais de insucesso:

— Eu disse que em caso de não haver consenso manterei aquilo que estava proposto anteriormente, ou seja, parlamentarismo clássico. Bernardo Cabral assegurou

que ainda há tempo para entendimentos e que este seria o melhor caminho para as duas correntes. Afirmou temer, em caso de vitória dos parlamentaristas, "algo próximo a um vazão de poder" e, em caso contrário, o abandono pelo Governo daqueles que lutaram pelo parlamentarismo.

— Acho que na vitória parlamentarista, com disputa, poderemos assistir a um Governo sem apoio político — disse o Relator.

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, considerou fundamental o receio de Cabral, mas acusou o Governo de ser intransigente pois insiste em "obter um consenso em torno da minoria presidencialista", ao invés de negociar. Ele sustenta que a sua adesão e a do Senador José Richa ao parlamentarismo deveria servir de indicador ao Presidente José Sarney para que reabrisse as negociações.

— A maioria ampla é parlamentarista e o ideal seria o Governo negociar. Eu até acho que isso vai acontecer em cima da hora, quando essa maioria começar a ficar clara.